



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DA REFORMA DO ESTADO E PODER LOCAL

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 09 de junho de 2026

15:30 Horas

ORDEM DO DIA

1. Apreciação e votação das atas n.º 38 e 39 referentes às reuniões de 26 e 27 de maio;
 2. Distribuição e nomeação de relator do [Projeto de Lei n.º 640/XVII/1.ª \(PSD\)](#) – «Elevação da Povoação de Vermoil à Categoria de Vila»

Indicação de autor de relatório cabe ao GP PS;
 3. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 926/XVII/1.ª \(L\)](#) - «Recomenda o reforço dos meios humanos e técnicos da Inspeção-Geral de Finanças no âmbito da reforma do controlo financeiro do Estado»;
 4. Discussão e votação do relatório da [Proposta de Lei n.º 70/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – «Aprova a Lei das Grandes Opções para 2026-2029»

Deputado relator: Bruno Nunes (CH);
 5. Discussão e votação da grelha de tempos para as Audições a efetuar no âmbito da discussão na especialidade da [Proposta de Lei 72/XVII/1.ª \(GOV\)](#) – «Revoga a Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, e aprova a nova lei de organização e processo do Tribunal de Contas»;
 6. Outros assuntos;
-



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

16h00

7. Audição do professor catedrático jubilado Eduardo Paz Ferreira no âmbito da apreciação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 19/XVII/1 \(ALRAA\)](#) - «Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro»;

8. Audição da Coordenadora do Grupo de Trabalho para a revisão da lei de finanças locais da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Deputada Sabrina Furtado, no âmbito da apreciação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 19/XVII/1 \(ALRAA\)](#) - «Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro»; (por videoconferência)

9. Audição da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), no âmbito da apreciação na especialidade da [Proposta de Lei n.º 19/XVII/1 \(ALRAA\)](#) - «Altera o Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro».